

**Decreto-Lei n.º 267/90**

de 31 de Agosto

As administrações regionais de saúde, serviços de âmbito distrital responsáveis pelo planeamento, gestão e coordenação das acções de formação da saúde, prevenção e tratamento das doenças e reabilitação na área dos cuidados de saúde primários, são dirigidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 254/82, de 29 de Junho, por comissões instaladoras constituídas por um presidente e dois vogais.

Por força dos despachos dos Ministros das Finanças e da Saúde de 20 de Dezembro de 1982 e de 31 de Janeiro de 1986, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, respectivamente de 23 de Dezembro de 1982 e 19 de Fevereiro de 1986, encontram-se esses lugares equiparados por referência aos cargos dirigentes previstos no Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, mas apenas para efeitos de remuneração.

Considera o Governo conveniente proceder ao alargamento dos efeitos da equiparação acima referida para além dos remuneratórios.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os membros das comissões instaladoras das administrações regionais de saúde, criadas pelo Decreto-Lei n.º 254/82, de 29 de Junho, são equiparados, para todos os efeitos legais:

- a) Os presidentes, nos distritos de Lisboa e Porto, a director-geral;
- b) Os presidentes, nos demais distritos, e os vogais, nos distritos de Lisboa e Porto, a subdirector-geral;
- c) Os vogais, nos demais distritos, a director de serviços.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos desde 1 de Outubro de 1989.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Julho de 1990. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *José Oliveira Costa* — *Arlindo Gomes de Carvalho*.

Promulgado em 10 de Agosto de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Agosto de 1990.

Pelo Primeiro-Ministro, *Joaquim Fernando Nogueira*, Ministro da Presidência.

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**Decreto Legislativo Regional n.º 22/90/M**

**Adaptação à Região do Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março (regime de delimitação e de coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos).**

O Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, veio estabelecer a delimitação e coordenação das actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.

A efectiva execução do diploma, tal como é já reconhecido no seu preâmbulo, é de alguma complexidade, embora o tempo, entretanto decorrido, após a sua entrada em vigor, e no espaço insular, tenha revelado alguma frutuosa e rica experiência, que importará agora reter.

A existência da administração regional autónoma, dotada, também ela, de poderes e atribuições quanto à definição da política de investimento público, impõe que se conciliem tais poderes, estatutária e constitucionalmente consagrados, aliás, com a faculdade conferida às autarquias locais da Região, naturalmente como impõe a justiça, de usufruírem de apoios financeiros do Estado.

O contrário, ou seja, a impossibilidade de as autarquias locais desta Região Autónoma serem destinatárias, por carência de norma legal aplicável ao demais território do País, de apoios financeiros do Orçamento do Estado seria, numa perspectiva de solidariedade nacional, injusto e discriminatório.

Como é sabido, o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, ressaltou do seu âmbito de aplicação as regiões autónomas, remetendo, contudo, precisamente para o futuro, e com as adaptações justificadas pela especificidade regional, essa mesma aplicação. É o que ora se cumpre para o âmbito territorial desta Região.

Assim:

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira decreta, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º****Aplicação**

O Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, é aplicado à Região Autónoma da Madeira com as adaptações constantes dos demais artigos do presente diploma.

**Artigo 2.º****Competências**

1 — É da competência dos municípios da Região Autónoma da Madeira a realização dos investimentos públicos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março, com as alterações indicadas nos números seguintes.

2 — É da competência da administração regional autónoma a realização de investimentos públicos nos domínios mencionados na alínea c), no n.º 2 da alínea d), na alínea e), com excepção do disposto no n.º 4 do presente artigo, e na alínea g) do referido artigo 8.º

3 — No que respeita a saneamento básico, serão concretizados em colaboração com a administração regional autónoma os investimentos de grande dimensão financeira, bem como os destinados a servir mais do que uma autarquia.

4 — É da competência dos municípios a reparação e conservação ordinária dos estabelecimentos do ensino primário.